



No Mês da Mulher, Plenário aprova textos da pauta feminina

Projetos de penalização a quem impedir amamentação em público e de ressarcimento, pelo agressor, de despesas com vítima de violência doméstica seguem para a Câmara

Em celebração ao Mês da Mulher, o Plenário do Senado aprovou ontem, em regime de urgência, dois projetos considerados prioritários pela bancada feminina. Um deles assegura o direito das mães de amamentar em local público ou privado sem sofrer qualquer impedimento. A pena para quem impedir a amamentação é de multa com valor de pelo menos dois salários mínimos, que será revertida para a vítima.

A outra proposta aprovada determina o ressarcimento aos cofres públicos, pelo agressor, das despesas com vítima de violência doméstica. **3**



As senadoras Selma Arruda, Eliziane Gama, Leila Barros, Zenaide Maia e Simone Tebet, durante a votação dos dois projetos prioritários da pauta feminina

Roque de Sá/Agência Senado

Colegiado ouve secretário de Previdência 4

Relatório conclui que reforma dará alívio fiscal 4

Comissão aprova convite a ministro do Turismo 2

Política Nacional de Prevenção de Diabetes volta à Câmara

O projeto que cria a Política Nacional de Prevenção do Diabetes, a ser adotada pelo SUS, foi aprovado com emendas ontem pelo Senado e retorna para análise da Câmara dos Deputados.

Os senadores destacaram em Plenário que o número de pessoas com a doença, que causa graves sequelas

e mortes, vem crescendo muito no país e ressaltaram a importância de informar a população sobre os cuidados com a alimentação e o tratamento com insulina.

O Senado também aprovou, em primeira votação, a PEC que padroniza a referência na Constituição a pessoas com deficiência. **2**

Diploma Bertha Lutz vai homenagear 23 pessoas

Os nomes das 23 agraciadas com o Diploma Bertha Lutz este ano foram divulgados ontem pela bancada feminina. A cerimônia de entrega está marcada para o dia 26, em sessão especial no Plenário.

O diploma é entregue

pelo Senado desde 2001, em reconhecimento a pessoas que tenham se destacado na luta pelo protagonismo feminino. O nome do diploma é uma referência a Bertha Lutz, precursora no Brasil na luta pelo direito de voto às mulheres, conquistado

em 1932.

A senadora Rose de Freitas anunciou também que a bancada feminina escolherá uma representante para participar das reuniões de líderes com o objetivo de representar os interesses das mulheres. **3**

CPI da tragédia de Brumadinho já tem membros e será instalada

Está prevista para hoje, às 14h, a instalação e a eleição dos dirigentes e do relator da comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as causas do rompimento de uma barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG). Os integrantes do colegiado foram anunciados ontem pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, durante a sessão. Para ele, a Casa cumpriu o compromisso assumido com os líderes dos blocos de aguardar os integrantes do colegiado até anteontem. **2**

Governadores debaterão pacto federativo e Previdência

O Senado vai realizar sessão temática na próxima semana para discutir com governadores e prefeitos temas que afetam estados e municípios e que estão na pauta econômica do governo, como a reforma da Previdência e o pacto federativo. Depois do debate, o ministro da Economia, Paulo Guedes, será convidado a expor detalhes da proposta ao Congresso. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que é importante que a Casa tenha protagonismo na discussão. **4**



Senadoras Maria do Carmo (E), Mailza (2ª à esq.), Zenaide (D) e Rose (2ª à dir.) na reunião da bancada feminina

Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado aprova política para prevenir o diabetes no país

Projeto sofreu mudanças e agora retorna à Câmara dos Deputados. O Plenário também acatou ontem, em primeira votação, a proposta que padroniza referência a pessoas com deficiência na Constituição

O SENADO APROVOU ontem a criação da Política Nacional de Prevenção do Diabetes, a ser adotada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Como recebeu emendas, o projeto (PLC 133/2017) retorna à análise da Câmara dos Deputados.

O Plenário também aprovou ontem, por unanimidade, em primeiro turno, a proposta que padroniza as referências a pessoas com deficiência na Constituição. A PEC 25/2017, da ex-senadora Fátima Bezerra, será discutida por mais três sessões e votada em segundo turno. Se aprovada, será enviada para a Câmara.

Relator em Plenário do projeto sobre o diabetes, Jorge Kajuru (PSB-GO) disse que perdeu parte de sua visão por causa da doença. Ele afirmou que articulou junto ao ministro da Saúde, Luis Henrique Mandetta, mudanças em alguns pontos, como os que iam



Diabético, Kajuru foi o relator em Plenário da proposta sobre a doença

contra a técnica médica, para garantir a aprovação do projeto.

Eliziane Gama (PPS-MA) apontou o grande aumento do diagnóstico da doença no país.

— De 2006 a 2018, o diabetes, que atingia 5,5% da população, passou a afetar quase 10%. Não adianta pensarmos políticas públicas se tivermos redução nas políticas orçamentárias.

Segundo Zenaide Maia (Pros-RN), mais gente morre

de diabetes do que em guerras.

— O Conselho de Segurança Alimentar, que foi extinto, poderia estar ensinando o brasileiro a não desenvolver a doença — lamentou.

Vanderlan Cardoso (PP-GO) também disse ser diabético.

Lucas Barreto (PSD-AP) destacou a importância de campanhas para prevenir e tratar o diabetes com insulina e mudança alimentar.

Rogério de Sá/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário propõe mediação para situação na fronteira

A criação de uma comissão especial do Senado para acompanhar a questão do fechamento da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, em Pacaraima (RR), foi defendida por Telmário Mota (Pros-RR).

O senador explicou que a situação atual traz dificuldades econômicas e sociais para os moradores da cidade, cujo comércio está praticamente paralisado.

Plínio quer saída diplomática para crise no país vizinho

Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu uma saída diplomática para a crise na Venezuela e condenou aqueles que tentam “apagar o incêndio com gasolina” pensando que estão ajudando.

— O impasse na crise da Venezuela, no meu ponto de vista, só se resolverá com competente esforço diplomático. É o que se exigirá do Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier destaca feira do agronegócio no Rio Grande do Sul

Lasier Martins (Pode-RS) destacou a realização, até sexta-feira, da Expodireto/Co-trijal, uma das maiores feiras do agronegócio internacional, em Não-Me-Toque (RS).

— É um acontecimento que apresenta as maiores inovações em termos de equipamentos e máquinas agrícolas e também de pesquisa, de plantas e de alimentos — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim critica proposta de privatizações sem plebiscito no RS

Uma proposta de emenda à Constituição estadual enviada à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pode impedir a realização de plebiscito sobre o interesse do governo do estado de privatizar estatais, alertou Paulo Paim (PT-RS).

Para o senador, a mudança retiraria o direito do povo gaúcho de se manifestar sobre o assunto.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado instala CPI para apurar desastre de Brumadinho

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai apurar as causas da tragédia de Brumadinho será instalada hoje, às 14h, com a eleição dos dirigentes do colegiado. O anúncio feito pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em Plenário após concluídas as indicações dos membros da comissão pelas lideranças partidárias.

A comissão será composta por Otto Alencar (PSD-BA), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Roberto Rocha (PSDB-MA), Dário Berger (MDB-SC), Marcio Bittar (MDB-AC), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Jorge Kajuru (PSB-GO), Telmário Mota (Pros-RR), Jean Paul Prates (PT-RN), Wellington Fagundes (PR-MT), Carlos Viana (PSD-MG),

Selma Arruda (PSL-MT), Rose de Freitas (Pode-ES) e Leila Barros (PSB-DF).

— Tentamos diálogo com a Câmara para que fosse constituída uma comissão mista. Houve, por parte do Senado, o compromisso de aguardar indicações dos líderes dos blocos para formatar a comissão. O compromisso está sendo cumprido — disse Davi.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Propaganda de cigarros

9h Texto veda a propaganda de cigarros.

CCT Radiodifusão comunitária

9h Autorizações para radiodifusão.

CDR Superintendência do Centro-Oeste

9h Relatório sobre barragens. Após, audiência com superintendente da Sudeco.

CCJ Gestante em concurso público

10h O PLS 83/2018, sobre teste físico de gestante em concurso é um dos 11 itens.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h PEC sobre pessoa com deficiência.

CPI DE BRUMADINHO Instalação

14h Instalação e eleição da CPI.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁPIDAS

AVANÇA PROPOSTA QUE TORNA ABRIL MÊS SOBRE PARKINSON

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou em decisão final o projeto que torna abril o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson. O PLS 100/2018, de Paulo Paim (PT-RS), deve ir para a Câmara.

COMISSÃO APROVA SEMANA GLOBAL DO EMPREENDEDORISMO

Também foi aprovada pela Comissão de Educação a criação da Semana Global do Empreendedorismo no Brasil. Segundo o PLS 146/2018, que segue para a Câmara, o evento ocorrerá na terceira semana de novembro.

MINISTRO DO TURISMO PODERÁ DAR EXPLICAÇÕES A COLEGIADO

A Comissão de Transparência (CTFC) aprovou convite para ouvir o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, sobre candidaturas-laranja e requerimento para audiência sobre estudantes com curso superior irregular a distância.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burel
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário aprova dois projetos da pauta feminina

Seguem para a Câmara propostas de penalização a quem impedir amamentação em público e de ressarcimento, pelo agressor, das despesas com vítima de violência doméstica

O SENADO APROVOU ontem, em regime de urgência, projeto para penalizar, com multa, a violação do direito à amamentação e proposta que obriga os condenados por violência doméstica e familiar contra a mulher a ressarcirem os cofres da Previdência Social por benefícios pagos em decorrência do crime. Os dois textos fazem parte da pauta prioritária da bancada feminina para o Mês da Mulher e seguem para a Câmara dos Deputados.

O PLS 514/2015 assegura o direito das mães de amamentar em local público ou privado sem sofrer qualquer impedimento. O projeto, da ex-senadora Vanessa Grazziotin, estabelece que, mesmo havendo espaço reservado para amamentação nos estabelecimentos, cabe somente às mães decidirem se querem ou não utilizar o local. A pena para quem proibir a amamentação é de multa com valor de pelo menos dois salários mínimos.

A proposta teve voto favorável da relatora de Plenário, Selma Arruda (PSL-MT), com a recomendação de que os funcionários dos estabelecimentos recebam orientação dos empregadores.

O texto aprovado destaca que “considera-se conduta ilícita, sujeita à reparação de danos, sem prejuízo

de outras sanções cabíveis, qualquer ato que segregue, discrimine, proíba, reprima ou constranja lactantes”. O projeto originalmente tipificava esses atos como crime.

— A Justiça criminal enxerga o réu e não enxerga a vítima. Dessa forma, ela vai enxergar a vítima em primeiro lugar, impondo uma multa que vai reverter em favor dela. Se levássemos isso como crime, imporíamos uma sanção ao criminoso, mas não daríamos reparação suficiente à vítima — avaliou Selma.

Rogério Carvalho (PT-SE) condenou o preconceito que ainda gera a necessidade de aprovar uma legislação para

assegurar esse direito às mulheres.

— Eu já vi mulher sendo retirada do transporte público. Respeitem as mulheres que amamentam seus filhos — acrescentou Rose de Freitas (Pode-ES).

O PLS 514/2015 tramitava em conjunto com outro projeto, o PLC 21/2018, que estabelece para a empregada o direito a dois descansos especiais de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar ou alimentar seu filho. As propostas foram desvinculadas e o texto sobre descanso no trabalho volta para a análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 282/2016, da ex-senadora Mar-

ta Suplicy, sobre violência doméstica e familiar, também estabelece que o ressarcimento aos cofres públicos não exclui a responsabilização civil de quem agrediu a mulher.

Mudança

O texto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). O projeto original estabelecia que a Previdência Social pudesse ajuizar ação regressiva contra os responsáveis por esse tipo de delito após o trânsito em julgado da sentença, ou seja, o fim da possibilidade de recursos. O senador recomendou a retirada da menção ao trânsito em julgado para harmonização com a sistemática que vem sendo adotada pelo INSS.

“É fundamental que os agressores sejam coibidos, controlados e reeducados para o respeito à dignidade humana”, diz Marta na justificativa do projeto.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) ressaltou as perdas da Previdência em face da interrupção do trabalho da vítima.

— O agressor terá que ressarcir à Previdência pelos danos causados à mulher e pelo custo que a Previdência teve — avaliou.



Na votação dos projetos, Rose de Freitas (E) cobra respeito às mulheres que amamentam

Definidas as 23 homenageadas com o Diploma Bertha Lutz deste ano

A bancada feminina anunciou ontem os nomes indicados para o Diploma Bertha Lutz de 2019. A cerimônia de entrega está marcada para o dia 26, às 10h, no Plenário.

Rose de Freitas (Pode-ES) informou que cada senadora indicou até dois nomes — o que soma 23 homenageadas. Segundo a senadora, a bancada feminina está unida na atuação pela defesa dos direitos da mulher. Prova disso é que as senadoras acertaram que haverá sempre uma representante da bancada feminina na reunião de líderes para representar os interesses das mulheres.

— Precisamos lutar por espaço verdadeiro e não apenas por espaço figurativo — afirmou.

Para Rose, a entrega do diploma pode ajudar a levar o Congresso a ter, no futuro, mais da metade de suas cadeiras ocupadas por mulheres. De acordo com a senadora Zenaide Maia (Pros-RN), o diploma é uma forma de dar visibilidade a homens e mulheres que querem os direitos femininos e o bem do país. A senadora Leila Barros (PSB-DF) afirmou que a homenagem é um reconhecimento a mulheres que deixaram um legado e fizeram a diferença na sociedade. A senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) disse que o diploma é importante tanto para o Senado quanto para todas as mulheres do Brasil. A senadora Mailza Gomes (PP-AC) afirmou que o prêmio é uma homenagem a todas as mulheres, por todas as suas lutas. Já a senadora Simone Tebet (MDB-MS) ressaltou que muitas das agraciadas ajudaram a abrir o caminho para que mulheres

estejam exercendo mandatos hoje no Senado e na Câmara dos Deputados. Para ela, a sessão de entrega do Diploma Bertha Lutz é a sessão mais importante no Congresso Nacional.

O Diploma Bertha Lutz é entregue pelo Senado desde 2001, em reconhecimento a pessoas que se destacam na luta pelo protagonismo feminino na sociedade brasileira. O nome do diploma é uma referência a Bertha Lutz, precursora no Brasil na luta pelo direito de voto às mulheres, conquistado em 1932.

Homenageadas

INDICADAS

- » Hermínia Azoury, juíza
- » Márcia Abrahão, professora universitária
- » Iolanda Lima, 1ª governadora de estado
- » Helena Heluy, advogada e ex-deputada
- » Iracy Manguiera, juíza
- » Leiliane Silva, vendedora
- » Maria Lucia Fattorelli, auditora fiscal
- » Laissa Polyanna, criança ativista
- » Delanira Gonçalves, musicista
- » Jaceguara Dantas, promotora de Justiça
- » Gabriela Manssur, promotora de Justiça
- » Ana Benedita Silva, produtora de biscoitos

INDICADAS IN MEMORIAM

- » Heley Batista, professora
- » Maria Esther Bueno, tenista
- » Laélia de Alcântara, médica e ex-senadora
- » Marielle Franco, socióloga e vereadora
- » Fabiane Maria de Jesus, dona de casa
- » Alzira Soriano, 1ª prefeita do Brasil
- » Eudésia Vieira, médica
- » Helena Meirelles, violeira e cantora
- » Bibi Ferreira, atriz e cantora
- » Leide Moreira, poetisa
- » Margarida Gonçalves, educadora

Procuradoria da Mulher e ANTT fazem fórum sobre igualdade de gêneros

Começou ontem o Fórum Mulher em Foco, uma ação de qualidade de vida no trabalho promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

Durante três dias, as servidoras da ANTT vão conhecer as iniciativas do Senado em favor da igualdade de raça e de gênero e participar de oficinas de saúde e de ascensão profissional. Também será exibido o filme *Chega de Fiu-Fiu*, de Amanda Kamanchek e Fernanda Frazão. O documentário foi

produzido pela ONG feminista Think Olga, que mapeou pontos em que mulheres eram assediadas no metrô de São Paulo.

Coordenadora da Procuradoria da Mulher, Rita Polli disse que um dos objetivos do órgão é aproximar o Legislativo dos outros poderes. Outro é trabalhar no combate à violência contra a mulher.

— A violência contra a mulher é onipresente. Acontece no espaço da casa, acontece no espaço do trabalho e também ocorre no deslocamento entre eles.

Senadores defendem que a Justiça Federal investigue corrupção eleitoral

Senadores manifestaram ontem, em Plenário, preocupação com a possibilidade de transferência de casos da operação Lava-Jato, que se desenrola na Justiça Federal, para a Justiça Eleitoral. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá hoje em qual instância devem ser julgados os crimes de caixa dois e de corrupção relacionados ao processo eleitoral. O veredito deverá impactar diversas investigações no âmbito da Operação Lava-Jato.

Para Jorge Kajuru (PSB-GO), o futuro da operação “está em jogo”.

— A Justiça Federal já se encontra aparelhada e especializada na investigação desse tipo de crime.

Ele também observou que os magistrados e procuradores da Justiça Eleitoral não compõem um quadro fixo por possuírem mandatos temporários.

Para Selma Arruda (PSL-MT), não

existe nenhuma justificativa jurídica para que o STF tome uma decisão nesse sentido.

— A Justiça Eleitoral é feita para cuidar do processo eleitoral. Se certo meliante recebeu propina e a utilizou em caixa dois, é outro problema.

Flávio Arns (Rede-PR) disse que o brasileiro espera avanços na transparência e no combate ao crime. Segundo Carlos Viana (PSD-MG), a sociedade “não vai permitir que se articule uma grande impunidade”. Alvaro Dias (Pode-PR) disse que a votação do STF será crucial para determinar se a Lava-Jato atenderá as expectativas ou passará a caminhar “na contramão” do que o povo deseja.

Na opinião de Lasier Martins (Pode-RS), a mudança geraria um grande risco de que crimes fiquem sem punição.

— Sabidamente, a Justiça Eleitoral aplica penas muito brandas.

Senado debaterá Previdência com governadores

Davi Alcolumbre informou que prefeitos também participarão de sessão temática na semana que vem para discutir aposentadoria e pacto federativo

NA PRÓXIMA SEMANA, o Senado deverá fazer uma sessão temática para discutir com governadores e prefeitos temas que afetam estados e municípios e que estão na pauta econômica do governo, como a reforma da Previdência e o pacto federativo. Depois do debate, o ministro da Economia, Paulo Guedes, será convidado a expor detalhes da proposta que precisará ser votada pelo Congresso. O novo cronograma de discussões foi explicado ontem pelo presidente do Senado, Davi



Davi aguarda início dos trabalhos da CCI da Câmara para instalar comissão

Alcolumbre.

— Primeiro vamos ouvir governadores, prefeitos e, por último, vamos trazer o ministro Paulo Guedes, já com o sentimento dos estados e municípios. Invertemos a

cronologia inicial: semana que vem, governadores e prefeitos, e na próxima, o ministro Paulo Guedes — afirmou.

Deverão participar da primeira reunião os 27 governadores, representantes da

Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e os 27 prefeitos das capitais.

Davi lembrou que a concentração de recursos públicos na União é tema debatido há décadas no Congresso e que, se o Executivo pretende sugerir proposta para harmonizar a distribuição, como Paulo Guedes já mencionou, é importante que o Senado tenha protagonismo na discussão.

— Os senadores decidiram que precisamos debater o pacto federativo, e o momento é agora. O Brasil está vivendo uma nova experiência, nós precisamos dividir o bolo da arrecadação, não é possível municípios e estados ficarem com as atribuições e não ficarem com os recursos para as

atribuições que foram assumidas ao longo dos anos, inclusive com legislações votadas no Congresso. Então há esse sentimento da redistribuição do bolo arrecadatório do Brasil, e o Senado vai se debruçar porque é um tema aguardado por governadores e prefeitos ao longo de pelo menos duas décadas — disse.

Davi disse ainda que aguarda o início dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara para instalar a comissão especial do Senado que acompanhará a tramitação da PEC da Previdência (PEC 6/2019).

— Os membros da comissão já estão escolhidos pelos partidos e o relator deve ser o senador Tasso Jereissati [PSDB-CE].

Comissão vai ouvir secretário sobre reformas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fará na terça-feira uma audiência pública para entender os impactos fiscais da reforma da Previdência (PEC 6/2019), atualmente em análise na Câmara dos Deputados.

Também está previsto, para 26 de março, debate com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O representante do Executivo vai discutir com os senadores dois temas

principais: Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996) e endividamento crescente dos estados.

A comissão pretendia ouvir o ministro ontem, mas, segundo o presidente da CAE, Aziz (PSD-AM), não foi possível por problemas de agenda.

Na reunião de ontem, o colegiado aprovou requerimento de Plínio Valério (PSDB-AM), que sugere que sejam convidados para a audiência de terça

o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto, e o economista Paulo Tafner. Os senadores também esperam a presença do ex-ministro da Previdência e ex-senador José Pimentel e do consultor legislativo do Senado Pedro Nery.

— O principal objetivo é fazer um diagnóstico amplo, com estimativas de impacto fiscal decorrentes das mudanças previstas pela proposta — justificou o senador.

Conforme entendimento durante a reunião, outros debates a respeito do tema deverão ser realizados antes da chegada da PEC ao Senado. Na opinião de Omar Aziz, as audiências poderão ajudar a se chegar a um denominador comum quanto aos pontos mais polêmicos da proposta.

Mudança aliviará cenário fiscal, aponta instituição independente

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado publicou um estudo detalhado sobre a proposta de reforma da Previdência que, caso aprovada, representará uma mudança relevante no cenário fiscal do país, aponta o diretor-executivo da instituição, Felipe Salto.

De acordo com ele, a fixação de idade mínima e a criação das alíquotas progressivas são dois pilares importantes da PEC 6/2019, em debate na Câmara.

O documento mostra como o maior envelhecimento e a queda da natalidade — e, como consequência, a redução do crescimento da população em idade ativa — estão dificultando o financiamento da Previdência. Para a IFI, a queda relativa da população economicamente ativa indica perda da capacidade de finan-

ciar os grupos dependentes da população, que são os jovens de até 14 anos e os idosos.

— O déficit agregado da Previdência, contabilizados os regimes público e privado, é da ordem de R\$ 900 bilhões, mais de 13% do PIB — afirma Salto.

Na avaliação da IFI, a principal inovação da reforma é a mudança das regras relativas ao recebimento das aposentadoria e pensões e a progressividade na cobrança das alíquotas previdenciárias. O impacto fiscal esperado é de R\$ 1,1 trilhão, em 10 anos.

“A regra básica de elegibilidade será a idade. Nota-se, portanto, o fim da aposentadoria por tempo de contribuição”, afirma o documento.

Conheça o relatório da IFI <http://bit.ly/RAF26>



Paulo Guedes e Leonardo Rolim irão à Comissão de Assuntos Econômicos



Rogério protesta contra desmonte da legislação trabalhista

Rogério Carvalho (PT-SE) afirmou ontem que a reforma trabalhista e a terceirização precarizaram relações de trabalho e aumentaram o sofrimento da população.

O senador ressaltou que, com a reforma trabalhista e com a terceirização, houve queda na quantidade de pessoas empregadas e na renda média e, por conseguinte, um aumento da pobreza.

Ele afirmou também que, assim como o governo anterior, de Michel Temer, o governo de Jair Bolsonaro trabalha para beneficiar os mais ricos.



Chico Rodrigues avalia como positivo início do governo Bolsonaro

As primeiras medidas e as sugestões de projetos advindas do governo de Jair Bolsonaro contribuem para o equilíbrio das contas públicas, de acordo com Chico Rodrigues (DEM-RR).

O senador citou ações das quais também é defensor, como “a escola sem partido e sem ideologia de gênero”, a redução do número de ministérios, a criação do imposto único, a redução da maioria penal, com a possibilidade de emancipação do menor infrator em casos hediondos ou de reincidência, e o fim da audiência de custódia.



Humberto diz que governo Bolsonaro leva país ao retrocesso

Humberto Costa (PT-PE) acusou o governo de levar o país ao retrocesso. Segundo ele, “o Brasil está absolutamente estupefato com a sequência de escândalos patrocinados pelo governo Bolsonaro”.

— Estamos estagnados, vivendo esses últimos 70 dias em cima de retrocessos, de declarações estapafúrdias, de um vai e volta sem fim em decisões de governo, de medidas absurdas, de escândalos envolvendo laranjas e milícias e projetos extremamente danosos ao povo, como essa canhestra reforma da Previdência.



Bezerra: crescimento da economia passa por alterações na estrutura

Propostas de um novo pacto federativo devem ser pautadas no Senado, prometeu ontem o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

O senador defendeu a aprovação das reformas estruturais como o único caminho para o reequilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico.

Ele também informou que os vice-líderes do governo serão os senadores Nelsinho Trad (PSD-MS), Eduardo Gomes (MDB-TO), Elmano Férrer (Pode-PI) e Izalci Lucas (PSDB-DF).



Caixa dois é da alçada da Justiça Federal, defende Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou ontem que o futuro das operações de combate à corrupção dependerá da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a competência para julgar os casos de caixa dois. O senador fez referência à ação que determinará se crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, investigados em conexão com crimes de caixa dois, devem ser julgados pela Justiça Federal ou pela Eleitoral. Para ele, os crimes de caixa dois e corrupção devem continuar com a Justiça Federal.

Caso o Supremo altere o entendimento, afirmou, a punição dos políticos apontados pela Operação Lava Jato pode ser prejudicada.